

2. O PARTIDO GALEGUISTA

Antes de começar com o estudo do *Partido Galeguista*, cumpre fazer um pequeno resumo histórico que permita entender a situação que levou à criação do PG. Para isto temos que retroceder cronologicamente aos anos das primeiras assembleias nacionalistas. Dentro das Irmandades existiam umhas fundas e graves divergências ideológicas, basicamente as que separavam dos liberais-democráticos, partidários da participação do nacionalismo nas eleições mesmo contando como aliados os partidos anticaciquis (nom necessariamente galegos), e a católica-tradicionalista, contrária à participação do nacionalismo na contenda eleitoral. Esta segunda corrente foi a dominante desde o ano 1919 até 1922, ano da IV Assembleia Nacionalista, a de Monforte, onde as profundas diferenças ideológicas existentes provocárom a ruptura e a posterior criação da *Irmandade Nazonalista Galega* (ING), organização impulsionada polo sector católico-tradicionalista das Irmandades. Dumha banda ficou a Irmandade da Corunha (a mais forte em número de afiliad@s) juntamente com pequenas agrupaçons dos arredores, mantendo o nome das Irmandades, pola outra, os demais núcleos, –incluindo os de além mar–, que adoptaram o nome da ING.

O golpe de Estado do 12 de Setembro de 1923 foi acolhido de maneira desigual polas duas organizaçons do nacionalismo. A *Irmandade da Fala da Corunha*, apesar de recebê-lo com certas esperanças dadas as promesas do novo regime, –luitar contra o caciquismo, respeito aos idiomas regionais, descentralizaçom administrativa–, mostrárom também a sua cautela diante do carácter militar do novo sistema. Pola contra, a ING, guarda silêncio num começo para, umha vez recebida a oferta de colaboraçom em troca dumha *Mancomunidade para Galiza*, iniciar a sua colaboraçom com o regime. Desde entom depararemos com persoeiros como A. Vilar Ponte, A. Lousada Diegues ou Vicente Risco, formando parte das corporaçoms municipais e das Deputaçoms. A ING logo observará que a intençom do novo regime nom ia passar mais alá dumha pequena descentralizaçom, o qual provocará

o abandono dos nacionalistas, agora já situados em clara oposição à Ditadura.

Desde este momento o regime militar tratará de desmantelar o nacionalismo, obrigando-o a dedicar-se ao trabalho cultural, mermando-o significativamente no plano organizativo. Deste panorama tam só lograrám manter a sua actividade a Irmandade da Corunha, mui debilitada, e o núcleo ourensano da ING.

Após o fim da Ditadura observarám-se múltiplos movimentos entre as diferentes tendências nacionalistas, desde o intento por parte do núcleo corunhês de confluir com os republicanos na ORGA, até a celebração da VI Assembleia Nacionalista em que se pretendeu a criação dum partido. Finalmente, sobretudo após a proclamação da II República espanhola, haverá um rexurdir de agrupações locais nacionalistas, –reverdecer das velhas e nascimento de outras novas–, assim como novos partidos (*Partido Nazonalista Republicán de Ourense, Labor Galeguista*, etc), os quais participarám, –baixo diferentes siglas e coaligações–, nas eleições a Cortes Constituintes atingindo quatro actas de deputados para os nacionalistas Soares Picalho, Outeiro Pedraio, Daniel Castela e A. Vilar Ponte, que pisarám moqueta em Madrid. Todos estes elementos e factores contribuem para que 32 grupos nacionalistas confluam, a fins do ano 1936, na VII Assembleia Nacionalista celebrada na cidade de Pontevedra com o objectivo de fundar um novo partido nacionalista.

2.1. TEXTOS OFICIAIS

No 5 e 6 de Dezembro de 1931 o *Partido Galeguista de Pontevedra* convoca umha Assembleia na cidade do Lérez à que assistem 32 grupos nacionalistas de diferentes tendências e pontos geográficos, numericamente é a VII Assembleia Nacionalista. Somam um total de mais de 700 filiad@s que darám lugar à fundação do *Partido Galeguista*. No 1º de Janeiro de 1932 aparece publicado em A Nosa Terra a sua *Declaración de Principios e o Programa de Acción*. Este é o primeiro documento oficial editado polo PG. As referências respeito da mulher som as mesmas que as do *Manifesto de Lugo* do ano 1918:

— Igualdade de direitos políticos para a mulher.

— Igualdade de direitos civis para a mulher casada no caso de emigração do marido.

Nos catorze anos transcorridos entre a I e a VII Assembleia Nacionalista nom só nom se introduz nada novo, se nom que se retrocede respeito do aprovado na II Assembleia Nacionalista, onde se reclamava igualdade absoluta, política e civil entre mulheres e homens. A relevância deste facto viria determinada por diferentes factores, em que os sucessos sociopolíticos cumprem um papel cardinal. Nom podemos obviar as profundas transformações operadas neste breve período histórico. A situação da mulher, quando menos a nível teórico e legal, mudou radicalmente. Estamos à altura do ano 1932, na II República espanhola, passaram sete anos desde que se aprovara o *Estatuto Municipal* de 1925 (em plena ditadura de Primo de Rivera) em que se concedia o voto, activo e passivo, às solteiras maiores de 25 anos e às viúvas, e às casadas só se eram cabeças de família. Mas as grandes mudanças produzírom-se no mesmo ano da celebração da assembleia. No tumultuoso ano de 1931 acontecem os seguintes factos:

— A Assembleia Constituinte da II República reconhece, no mês de Maio, o direito da mulher a ser eleita, mas nom eleitora.

— No 1º de Outubro vota-se nas Cortes o direito ao sufrágio para as mulheres com o resultado de 161 votos a favor, 121 votos em contra e 188 abstenções.

— Código Civil de 1931:

- As mulheres casadas poderám conservar a sua nacionalidade se o desejarem.
- As mulheres terão personalidade jurídica completa.
- As mulheres terão os mesmos direitos e autoridades sobre @s filh@s que os pais.
- A administração matrimonial levará-se em conjunto.

— Constituição de 1931:

- No título III (Direitos e deveres dos espanhóis), o artigo 25 afirma que nom poderám ser fundamento de privilégio jurídico: a natureza, a filiação, **o sexo**, a classe social, a riqueza, as ideias políticas nem as crenças religiosas.

- Nom discriminaçom em postos oficiais e cargos públicos por razons de sexo.
- Matrimónio civil (Art. 46)
- Igualdade entre filh@s ilegítim@s e legítim@s (Art. 43).
- Investigaçom da paternidade.
- Divórcio (A lei do Divórcio debaterá-se em Cortes em Janeiro de 1932).
- Postura abolicionista a respeito da prostituïçom.

Vendo isto resulta evidente que a situaçom da mulher sofreu um giro radical. No prazo dum ano reconhecêrom-se toda umha série de direitos fundamentais para as mulheres (mais adiante acrescentará-se o direito ao aborto graças ao labor da dirigente anarquista catalá Federica Montseny). Ante isto, a inclusom dos dous pontos anteriores no Programa de Acçom do PG, resulta muito pobre, quando nom reaccionário. No mesmo momento em que a Constituiçom republicana nom permite a discriminaçom por razons de sexo, os galeguistas estão a solicitar a *igualdade de direitos civis para a mulher casada no caso de emigraçom do marido*.

Outro dado que evidencia a grave falta de preocupaçom e de interesse polo tema é que, durante esse longo ano, nom encontramos umha só referênciã em *A Nosa Terra* sobre nenhum dos direitos, citados anteriormente, que acadárom as mulheres. Algo surpreendente se temos em conta a grande polémica que levantou debater temas como o divórcio, matrimónio civil, mesmo o direito ao voto. Esta aparente indiferença poderia indicar duas cousas: um desinteresse real ante o tema (nom havia mulheres conscientizadas dentro das fileiras nacionalistas que pulassem polo debate da questom) ou umha postura nitidamente machista (constatada como veremos mais tarde em vários dos principais autores) que convinha agochar já que os ventos sopravam noutra direcçom.

No resto dos documentos oficiais topamos a mesma tónica. Assim, um mês depois da ediçom do *Programa de Acciom*, *A Nosa Terra* publica os Estatutos do PG³³, onde qualquer re-

33 Desde este nº 292, 1-II-1932, *ANT* passa a ser oficialmente o vozeiro do PG.

ferência à mulher é inexistente. O mesmo acontecerá com os textos da II Assembleia Nacional, celebrada o 10 e 11 de Dezembro de 1932. Nas seguintes assembleias, na III e na IV há alguma tímida mudança, recolhida nas crónicas feitas por *ANT*. Assim na III Assembleia Nacional, celebrada em Ourense em Janeiro do 1934³⁴, temos constatada a presença do grupo feminino de Ourense, tanto no recebimento dos assembleístas como depois, no transcurso da segunda sessão. No seguimento que fai *ANT* da Assembleia indica-se que estava presente umha delegaçom do grupo feminino de Ourense, *—ao que se tributa umha larga e fêrvida ovaçom—*, e que falou, em representação dele, a sua secretária Mercedes Docampo. Tal e como se recolhe o acontecido, nas páginas do vozeiro, todo parece indicar que a delegaçom feminina era algo alheio à assembleia, como se em determinado momento se incorporasse ao plenário para pronunciar um discurso, e seguidamente abandonasse a sala.

Algo semelhante acontece na seguinte assembleia do PG, a IV, celebrada em Compostela em Abril de 1935. Novamente contamos com a crónica do acontecido realizada nas páginas de *A Nosa Terra*, dando conta, bastante pormenorizadamente, do transcurso e debates da assembleia. Na metade da crónica, o redactor fai um inciso:

“N-este intre entra no salón unha numerosa excursión de Ourense ao frente da que veñem varias rapazas do grupo femenino ourensán. A asambreia ponse em pé e tribútalles unha longa ovación. O presidente pronuncia unhas verbas dando a benvida ás irmás de Ourense. No nome d-élas dirixe unhas verbas a asambreia a irmá Mercedes Docampo nas que dí que agradece o saúdo e dirixíndose a asambreia propugna a criación de grupos femeninos en toda Galicia para atendendo as mulleres e aos nenos facer unha maior obra de patriotismo que avencelle ao movemento galeguista as mulleres e nenos

34 *ANT* n° 321, 28-I-1934.

galegos. Unha enorme ovación premia as súas elocuentes e patrióticas verbas"³⁵.

Esta crónica de *ANT* segue inmediatamente após *patrióticas verbas* com *Continua o estudo da proposta de Santiago...*; aqui temos, outra vez, como se as mulheres fossem algo alheio à assembleia, nom som participantes da mesma já que a sua intervenção interrompe o desenvolvimento normal do acto. Elas chegam, dirigem umhas palavras ao conjunto dos nacionalistas, e retiram-se. Isto poderia indicar a ausência de mulheres na assembleia, o que, por sua vez, poderia indicar que as mulheres nom tinham direito a assistir à mesma, ou bem nom o exercitavam.

A última assembleia que celebra o PG é a II Assembleia Extraordinária, em Janeiro de 1936. Neste caso também foi reproduzida polo jornal *ANT*, mas nom há nengum acontecimento como os anteriores, nem alusions à presença ou nom de mulheres na sala.

Outro tipo de documentação oficial do PG compondem-no a documentação interna, multidom de actas do Comité Geral, do Conselho Executivo, etc, entre as quais nom encontramos, entre os muitos temas tratados, nengum que fale dos grupos femininos, nem de qualquer outra questom relacionada com a mulher.

O PG costumava publicar textos, bem nas páginas do seu vozeiro, bem como livrinhos ou separatas. O primeiro que achamos data do 25 de Julho de 1932, intitulado "*Manifesto pubricado pol-o Partido no Día de Galicia de 1932*"³⁶ em que se fai um relatório dos objectivos, situaçom e inquietaçoms do PG. Nele há um apartadinho dedicado *às mulheres da Galiza*, que afirma o seguinte:

³⁵ *ANT* nº 363, 27-IV-1935, p. 2.

³⁶ Este é o epígrafe baixo o qual se publicou o Manifesto recolhido no livrinho editado polo PG "*Partido Galeguista. Documentos I e II Asambreia. 1931-1932*", Santiago de Compostela, Nós, Publicacións Galegas e Imprenta, 1933.

“Non podiamos deixar de pronunciar hoxe, dirixida a elas, a nosa verba desintresada. As mulleres traen unha aportación xenerosa. É nova vida política do país, e cumpre que tal sexa a cualidade que lle impriman: non a d-unha revellida matización que faga estéril o seu desbordado esforzo.

*Na política a moda ten de vir d-abaixo enriba, da masa aos seus dirixentes. As nosas mulleres non poden esquecer **o seu deber de axudar aos homes** na mesma tarefa hestórica, que en Galicia hoxe non pode ser distinta que o conqwerimento do Estatuto.*

Tal é a nosa arela inmediata, da que as mulleres galegas non poden vivir divorciadas, si de certo han de acadar da política algo mais que frivolidade”.

Neste texto podemos observar como o papel que o nacionalismo outorga à mulher é secundário, de mera ajuda ou colaboración com o homem, nom de coprotagonista dos acontecimentos nem de assumir um papel activo nos mesmos. A mulher segue a cumprir como papel natural o de *estar a dispoziçom de*.

Esta linha será a mantida pola maioria dos nacionalistas do PG. Assim temos outro livrinho publicado polo PG, possivelmente da autoria de Vicente Risco mas assinado como *Partido Galeguista*, intitulado “*Ideas que defende e fins que se propón o Partido Galeguista*” do ano 1933³⁷ em que se pretende dar a conhecer qual é o pensamento do PG dum jeito sintético e divulgativo. As alusions às mulheres que achamos em todo o caderno, que consta de trinta e três páginas, som unicamente três:

1^a.— Devemos destacar que se define ao PG como *umha juntança ou asociación de homens, e também de mulheres*. É a primeira vez que num texto oficial do PG se diferencia entre homens e mulheres e nom se engloba todo sob o termo masculino. (Alguns autores, —como veremos mais adiante—, sim o farám).

37 Nós, Publicacións Galegas e Imprenta, Santiago de Compostela, 1933.

2^a.— Ressalta-se que há *que amar a nossa pátria como amamos as nossas nais*. A referência ao amor materno como o mais sublime e a equiparação da Galiza cumha nai, —sujeito feminino—, som elementos que se repetem mui amiúde ao longo de textos, artigos e poemas.

3^a.— O capítulo quarto do livro está dedicado aos nossos costumes, tradiçõs e músicas. No texto fai-se umha crítica à falta de apego às tradiçõs por parte dos *senhoritos* actuais, os quais nom organizam bailes com os trajes tradicionais galegos, aqueles com que as nossas mulheres estariam formosíssimas, —nesta afirmaçom voltamos a encontrar o físico das mulheres como a característica, o valor mais resaltável delas—, senom que o tipo de festas que se fam som aquelas em que *se baila agarrado, e fumam as mulheres, e bebem-se milhares de porcarias*. Neste último exemplo pode-se apreciar claramente o pensamento reaccionário que subjaz no texto, sobretudo nas duas primeiras ideias, valorizando como negativo que dous moç@s bailem agarrados e por considerar censurável que umha mulher fume, nom polo nocivo que resulta para a saúde, senom por ser umha mulher quem o faga.

Umha última classe de documentos oficiais do PG que manejaremos som os artigos publicados em A Nosa Terra que vam assinados pola redacçom, entendendo que som assumidos polo PG posto que a publicaçom é o seu vozeiro oficial. Neste período achamos dous artigos da redacçom em que se fai mençom expressa à mulher galega:

— No número 316³⁸, na contracapa, reproduz-se umha folha de propaganda eleitoral em que aparecem, desde as listas dos candidatos nacionalistas, até chamados concretos a diferentes sectores profissionais, —marinheiros, labregos—, para que acudam a votar nas eleiçõs a Cortes celebradas em Novembro de 1933. Entre os diferentes chamamentos dirige-se um à mulher galega em que se afirma o seguinte:

38 ANT n° 316, 6-X-1933.

“Votaron em favor do voto da muller os deputados galeguistas. Pensarom en vós mulleres e nais dos emigrados, viudas de vivos e mortos.

O voso voto pode ser decisivo na redención de Galicia; pero tamén pode ser um instrumento da vosa esclavitú.

Unha Galicia, libre e rica como piden e defenden os galeguistas, poderá manter no seu seo a todol-os seus fillos suprimindo o triste drama da emigración.

Nais galegas. Pra que os vosos fillos non morran en terras eistranas; para que vos seades a frol primorosa dos nosos fogares en ves das esclavas do agro e da costa. Votade a candidatura do Partido Galeguista”.

Este breve, mas esclarecedor, texto merece vários comentários. Em primeiro lugar não é certo que os deputados galeguistas apoiassem o direito ao voto para a mulher em Outubro de 1931. Umha primeira aclaração que há que fazer é, que à altura de Outubro de 1931, —momento em que se vota nas Cortes o sufrágio feminino—, o *Partido Galeguista* não existia como tal. Os nacionalistas apresentaram-se de jeito diverso segundo a província:

— *Ponte-Vedra*: figérom-se assembleias dos grupos galeguistas existentes na província, os quais elegêrom como candidatos Ramom Cabanilhas, Daniel Castelao e Valentim Paz Andrade. A única acta de deputado atingida foi a de **Castelao**³⁹.

— *A Corunha*: os nacionalistas apresentárom-se nas candidaturas da *Federación Republicana Galega* (FRG), saindo eleitos **Antom Vilar Ponte** e **Soares Picalho**.

— *Ourense*: formou-se umha coaligaçom entre os radicais-socialistas e a FRG, acadando a acta de deputado **Ramom Outeiro Pedraio**.

— *Lugo*: os candidatos nacionalistas apresentam-se sob as siglas da FRG em coaligaçom com o PSOE. Os nacionalistas não alcançam nengumha acta.

³⁹ Nesta candidatura aparece Conceiçom Alfaia Lôpez, mas não tod@s @s que a compunham pertenciam ao nacionalismo.

Tal e como recolhe Vincenzo Freire Lestón⁴⁰ na listagem de deputados galegos que apoiárom o direito ao voto feminino, tam só consta o do deputado Ramon Soares Picalho. Na listagem de votos contrários ao sufrágio da mulher nom aparecem nengum dos três deputados nacionalistas restantes. Freire Lestón recolhe tam só a ausência do nacionalista Antom Vilar Ponte, mas guarda silêncio respeito da ausência de Castelao e Outeiro Pedraio. Outro elemento contraditório, que vem a somar-se à confusom, é a informaçom que oferece Xavier Castro quando afirma que os deputados nacionalistas *estiveram dacordo em autorizar o voto feminino*⁴¹. A ausência dos três deputados nacionalistas no 1º de Outubro, presentes esses dias em Madrid posto que aparecem participando nas Cortes em votaçons do dia anterior, sinala umha ausência consciente o dia da votaçon, posto que a polémica gerada em torno ao sufrágio feminino estava omnipresente nos corredores do congresso, fazendo inviável a possibilidade dum esquecimento.

Xavier Castro sinala também que dentro do *Partido Galeguista* existia um medo ao voto feminino respeito do Estatuto, mas a postura nom era unánime. Nacionalistas como Vicente Risco pensavam, ao igual que o "*Comité Central Pro-Autonomia*" que o voto da mulher estava cativo da Igreja, dado que, –segundo a visom tradicionalista e machista–, a religiom e a devoçom sempre fõrom atributos propriamente femininos. Outros, como Castelao, mostravam-se muito menos preocupados polo tema⁴².

A postura oficial do PG também ficou bastante evidenciada quando, em Janeiro de 1932, debateu-se a Lei do Divórcio. Nesta ocasiom o PG deu liberdade de voto aos seus deputados por entender que se tratava dum assunto, ao seu parecer, religioso, em que as consciências individuais de cada quem marcassem as pautas e os critérios à hora de emitir o voto. Nom

40 FREIRE LESTÓN, X. V. *Lembranzas dun mundo esquecido*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1993, p. 103 e ss.

41 Op cit. p.330.

42 CASTRO, XAVIER, *O Galeguismo na encrucillada republicana*, Ourense, Publicacións da Deputación de Ourense, 1985, p. 820.

sabemos qual foi o voto dos deputados nacionalistas, mas podemos suspeitar do voto negativo de Ramon Outeiro Pedraio, homem de fundas convicções católicas.

Um segundo comentário que merece o texto publicado pelo PG é a visom reaccionária do papel que devem cumprir as mulheres na sociedade. Define-as sempre em função dos seus filhos e dos seus maridos, como mães e esposas. O governo dos nacionalistas redundará em benefício das mulheres como mães e esposas de emigrados, já que acabarão com a emigração, mas em nenhum momento se fala dumha melhoria própria na vida das mulheres. Som seres que estão em função dos demais, assistenciais.

No texto acrescenta-se outro elemento definitório do papel que às mulheres assignava o *Partido Galeguista*: devem ser a *flor primorosa dos fogares*. O espaço próprio da mulher é o lar, dando a entender que existem diferentes espaços segundo razões de sexo. Ao afirmar que as mulheres devem alonar-se da marinha e do agro, —lugar onde estão escravizadas—, indica-se que o seu trabalho deve estar dentro da casa, —onde, supostamente, não estão escravizadas—, jamais fora. Ademais, a mulher deve ter, se quer cumprir o seu papel em condições, um aspecto físico agradável, —deve ser a flor primorosa—, pois o físico positivo será outro dos elementos definitórios da boa mulher galega. Este texto, juntamente com o de “*Ideas e fins...*” analisado anteriormente, é um dos mais reaccionários que escreve o *Partido Galeguista* referente à temática da mulher, nos seus cinco anos de existência.

— O último artigo referente à mulher topamo-lo também em relação com umas eleições, as de Fevereiro de 1936⁴³. É um agradecimento às mulheres, não como grupo, não às labregas e peixeiras, e não às senhoritas vilegas, pelo papel realizado durante as eleições e nas mesmas. No artigo reflecte-se a participação das mulheres nos comícios, nos labores de propaganda, etc, afirmando que não é certo que se possa responsabilizar as mulheres pelo fracasso da esquerda em 1933

43 ANT nº 403, 29-II-1936.

(agora nom é recomendável lembrar a postura ambígua do PG a respeito desse tema). Volta-se a afirmar que os nacionalistas votárom a favor do seu direito ao sufrágio em 1931 e terminam afirmando que começam novos tempos para a mulher, tendo *direito a intervir na nossa vida pública*. Aqui aprecia-se um pouco o giro para a esquerda que vai tomando o *Partido Galeguista*, já nom há alusions à beleza, capacidade de sacrifício, entrega submissa, etc, da mulher galega. Temos um discurso muito mais de esquerdas e de classe, diferenciando-se nitidamente a mulher labrega e peixeira da *senhorita vilega*.

2.2. VISOM MASCULINA

Um último apartado dentro desta aproximaçom ao tratamento da mulher por parte do *Partido Galeguista* será ver qual era a opiniom e a focagem dada polos diversos homens que escreviam desde as páginas de *A Nosa Terra*. Realmente nom há um só artigo que verse monograficamente sobre a mulher, agás um sobre a Lei de Arrendamentos Rústicos. Sim há um par de artigos nos quais se deixa trasluzir algo do pensamento dos seus autores sobre as mulheres, mas sempre som apreciaçoms secundárias, colaterais respeito do tema principal do artigo.

Dentro do segundo tipo de artigos temos um assinado por um tal “*Rebelde e enfurruñado*” intitulado “*Carta a unha amiga descoñocida*” no qual polemiza com umha mulher sobre que deve ser primeiro: acabar com o caciquismo para que Galiza seja livre ou, primeiramente ceivar Galiza, o qual traerá como conseqüência o fim do caciquismo? O autor aposta claramente pola segunda opçom e tenta convencer a sua interlocutora da necessidade desta opçom. Depois disto afirma que Galiza necessita de mulheres como ela, –a *amiga desconhecida*–, que abandonem por uns instantes o *flirt* e se dediquem a *choutar polas congostras e a rubir caminbos* para dizer aos paisanos *Érguete e anda, como em Irlanda*⁴⁴. Este artigo transmite a importante consciência igualitária do autor, quem

44 ANT nº 336, 16-VI-1934, p. 1

exorta a mulher a participar activamente na luta nacionalista, mas também indica certos elementos tradicionalistas ao afirmar que as mulheres devem deixar o *flirt* por um instante, considerando-o como algo próprio, consubstancial das mulheres.

O segundo artigo é um lamento pola morte da denominada *primeira nacionalista*, a moça Purificação Fernández Gómez. Moça pertencente a um grupo galeguista, que foi escolhida *pola sua sensibilidade e pola sua cultura*⁴⁵. Os dous artigos som diferentes, se bem um anima a mulher a somar-se ao nacionalismo activamente, o outro segue exaltando como qualidade própria da mulher a sensibilidade.

Dentro do primeiro tipo de artigos, aqueles que abordam problemáticas concretas femininas como tema principal, só há um no vozeiro ao longo de todo o período estudado. O artigo está assinado com as iniciais L.R.R, —com toda segurança um homem posto que ao falar das mulheres emprega *elas*—, quem se congratula de que o artigo constitucional que afirma que nom pode haver privilégios jurídicos por razons de sexo esteja começando a ter conseqüências práticas. O exemplo que oferece o autor é a Lei de Arrendamentos Rústicos, a qual até o momento impedira que muitas mulheres, por causa da emigração do marido, nom pudessem vender ou arrendar, sem a licença do cônjuge⁴⁶. Agora, graças à nova lei igualitária, isto já nom acontece, a mulher tem capacidade para dispor da propriedade. É importante sublinhar que este é o único artigo encontrado nas páginas do vozeiro do PG que alude às importantes mudanças acontecidas na legislação sobre a mulher.

2.3. A MULHER NO PLANO ORGANIZATIVO

Segundo os dados facilitados por Justo G. Beramendi⁴⁷ (Quadro 1) o número de filiadas ao *Partido Galeguista* oscilou entre o 3,7% e o 6% do total da militância. As mulheres tinham

45 ANT n° 318, 18-XII-1933, p. 2.

46 ANT n° 395, 20-XII-1935.

47 Os dados anteriores som os oferecidos por X. Castro no livro já citado. Este autor

presença em 29 dos 117 grupos de composição conhecida (no 24,8%), nom superando o número de dez mulheres na maioria dos casos. Há quatro localidades que chamam a atenção polo elevado número de mulheres organizadas à altura de 1936⁴⁸:

- Póvoa do Caraminhal: 47
- Compostela: 26
- Rianjo: 26
- A Estrada: 20

Outro dado que reflecte o quadro 1 é o espectacular incremento que se produz na filiação feminina em dous significativos momentos: desde a fundação do PG, –Dezembro de 1931–, a Outubro de 1934, onde se passa de vinte e oito a cento e oito mulheres. O segundo momento vai desde Junho de 1935 até Julho de 1936, passando de cento e nove a duascentas e trinta mulheres. Apesar deste aparente importante incremento na filiação feminina, na realidade, considerando as percentagens totais de militantes, o aumento real da militância feminina só foi ligeiramente superior ao 2%.

Nesta etapa achamos escassa informação respeito dos Grupos Femininos do PG. Durante a etapa das Irmandades da Fala tínhamos mais informação emanada do seu vozeiro, mas agora produz-se umha mudança substancial: a pouca informação que manejaremos será a oferecida polas próprias mulheres pertencentes aos grupos femininos, as quais escreverám desde as páginas de *ANT*. Além disto também estudaremos os limitados artigos da redacção que recolham elementos relacionados com a necessidade de organizar as mulheres.

O primeiro artigo do qual obtemos informação intitula-se “*O Eco dun Manifesto*”, aparecendo publicado à altura de 1933⁴⁹. Nele fai-se referência a umha carta recebida pola presidenta do grupo feminino ourensano, Célia Bouças de Pena, es-

empregou como fonte o vozeiro *A Nosa Terra* e outras publicações nacionalistas. De listagem que nos oferece há que ressaltar que só inclui o nome dumha filiada: M^a Luz Moraes. Este investigador passou por alto várias mulheres que escreverom nas publicações, assim como as notícias que havia sobre os grupos femininos (algo que já conhecia, pois os nomeia no seu estudo).

48 Estes grupos duplicavam a média, que estava em 7,9 filiadas.

49 *ANT*, nº 313, 9-X-1933.

Quadro 1
Filiadas ao Partido Galeguista

Grupo local	Dez. 31-Mar. 32		Abril 32-Out. 34		Nov. 34-Maio 35		Junho 35-Julho 36	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Póv. Carami.							47	41,6
Compostela	11	12,8	18	14,4	18	13,3	26	14,3
Rianjo	1	3,1	26	10,4	26	10	25	9,5
A Estrada	5	13,1	9	16	9	16	20	16,5
Ortigueira							11	11
A Corunha					1	1,1	11	7,2
Láncara			9	18,4	9	18,4	9	18,4
Ourense			7	3,9	7	3,3	8	3,4
Ogrobe	6	31,5	6	31,5	6	31,5	7	23,3
Vigo			7	2,6	7	2,6	7	2,5
Antas Ulha							5	17,2
Vila-Garcia	4	15,4	4	15,4	4	15,4	5	16,1
A Guarda							5	10,4
Ponte-Vedra			4	3,5	4	3,5	5	3,9
A Banha							4	10,5
Redondela			4	6,4	4	6,4	4	6,4
Vilan. Arousa	1	5,2	4	6	4	6	4	6
Silheda			2	2,6	2	2,6	4	4,7
Chantada							4	4,3
Maside							3	13,6
Bujám			2	5,1	2	5,1	3	5,5
Páramo			3	10,7	3	10,7	3	10,7
Beade							2	20
Cerdido							2	3,6
Bueu			2	2,6	2	2,6	2	2,6
Muros							1	6,2
Lalim							1	1,6
Vilamart. Val.			1	1,8	1	1,8	1	0,7
Totais	28	3,7	108	5,2	109	5,2	230	6

Nota: As mulheres têm sempre presença em 29 grupos dos 117 conhecidos. Isto supom o 24,8%.

Elaboração: Justo G. Beramendi.

tando assinada por Elvira Bao Maceiras, quem expom o seu desejo de entrar a formar parte das fileiras nacionalistas. Esta mulher escreveu a carta após um manifesto emitido polo Grupo Feminino de Ourense em que se chamava à participação das mulheres galegas na organização nacionalista. A valorização que a redacção realiza sobre a carta, e sobre as mulheres em geral, segue a tónica habitual, exaltando o seu *afervoadado e sentido chamamento (...) que atopou um eco cordial no peito das mulheres galegas (...) onde se atopa o verdadeiro sentimento da Raça*"⁵⁰.

Este Manifesto editado polo Grupo Feminino ourensano publicará-se posteriormente em *A Nosa Terra* assinado por Célia Bouça e Mercedes do Campo, presidenta e secretária respectivamente, do grupo feminino ourensano⁵¹. Além das considerações que realizam sobre o seu papel como mulheres (o qual será tratado no último capítulo do livro) oferecem-nos dados numéricos da composição do grupo. Afirmam ter organizadas dentro do grupo feminino arredor de meio cento de mulheres. Se considerarmos os dados do quadro 1 nos que se indica que em Ourense havia, no mesmo período em que se assina o Manifesto, sete mulheres organizadas no PG, cifra algo superior à média do período (6,41), observaremos o afastada que está a cifra que oferece o manifesto.

Neste momento voltamos a mostrar as nossas dúvidas sobre as características da militância feminina, quer dizer, se esta era equiparável à masculina ou, pola contra, se circunscrevia só às agrupações femininas, nom tendo que estar necessariamente filiadas ao *Partido Galeguista*. Seja certa ou nom esta suspeita, e tendo em conta os dados do quadro 1, resulta evidente que há umha clara exageração nos dados, algo bastante habitual em todo partido político.

Cumpre sublinhar também o feito da relação familiar que unia muitas das militantes do PG com importantes teóricos e dirigentes nacionalistas: assim achamos como assinantes a Jo-

50 Sobre a mulher como depositária das essências da Pátria falaremos mais adiante.

51 ANT nº 350, 29-IX-1934.

sefina Bustamante de Outeiro Pedraio, Miragres Rodríguez de Cuevilhas, etc. Tal e como veremos mais adiante, este mesmo fenómeno afectará às mulheres militantes na organização do nacionalismo juvenil, a Federação das Mocidades Nacionalistas (FMN), em que toparemos numerosas filhas dos dirigentes do PG.

No referente à composição sócio-profissional das mulheres militantes do *Partido Galeguista* temos a recolhida no quadro nº 2. Cumpre resaltar que, num primeiro momento, o sector sócio-profissional mais numeroso é o das mestras, acadando a elevada cifra do 28,6 % das mulheres. A possibilidade de acesso à cultura e independência económica de que desfrutavam as mestras explicam o elevado do seu número entre a militância total feminina. Com a passagem do tempo, e com a progressiva viragem do PG para a esquerda, serão as labregas as que ocupem o sector mais numeroso, chegando a representar o 31,9 % do total das mulheres. Outro comentário que cabe fazer é a tardia e escassa incorporação de mulheres universitárias às fileiras do *Partido Galeguista*⁵², não chegando nunca a superar o 3% do total.

Sobre a participação das mulheres nos postos directivos

52 É necessário fazer umha breve referência à incorporação da mulher ao ensino para entender esta baixa filiação. A polémica sobre o direito da mulher à educação (abordada como veremos mais adiante por várias mulheres nacionalistas como Corroa González ou Ernestina Outeiro Sestelo) arranca dos Congressos Pedagógicos de fins do XIX. Segundo Isaura Varela as causas que impulsionaram a educação desde fins do XIX da mulher foram:

1ª.- Demanda de mão de obra feminina.

2ª.- Papel da família como sustento da ordem social (papel da própria mulher dentro dela).

3ª.- Necessidades económicas das classes médias e incorporação da mulher ao trabalho.

Com o Decreto de Março de 1910 regulava-se o livre acesso da mulher a todos os graus do ensino, mas a incorporação real da mulher aos mesmos foi um processo muito lento e diferenciado por classes. Só as classes médio-altas acediam à educação. A pretensão da mulher de aceder aos níveis superiores foi difícil, mais ainda intentar a docência nestes estudos. Um simples dado muito clarificador é o do curso 1932-33: dum total de 2.046 alunos, só 159 eram mulheres.

Por outro lado há que ter em conta o escasso interesse que, desde as fileiras nacionalistas, suscitava o problema da educação feminina. Não é tema do presente trabalho estudar as relações entre o nacionalismo e a universidade, mas sim é neces-

dos diferentes grupos galeguistas deparamos com que a realidade nom mudou em absoluto desde as Irmandades da Fala. Só temos constância da presença dumha mulher na *Comisión Reorganizadora do grupo da Estrada*⁵³. Trata-se de Maria Pereira Rial, que ocupa o posto de vocal, o derradeiro no escalafom de importância dentro do organigrama directivo, compartilhando-o com outros dous vocais que som homens⁵⁴. Esta é a única referência que pudemos achar, mas é importante ter em conta que, ao igual que acontecia com as Irmandades, no vozeiro sempre se recolhem as mudanças e constituições das directivas dos diferentes grupos, o qual pode ser um reflexo bastante fiel da realidade interna do PG.

2.4. PRESENÇA PÚBLICA DE MULHERES

A presença pública de mulheres nesta etapa abrange diferentes tipos de actos: comícios, conferências, artigos nas diferentes publicações vinculadas ao nacionalismo, etc. Será neste âmbito que encontremos umha clara diferenciação entre espaços e roles. As mulheres estarão sempre como espectadoras, leitoras, entre o público, adoptando umha clara postura passiva. O espaço masculino representará todo o contrário, os homens impartindo conferências, participando nos comícios, escrevendo nos jornais, etc, numha postura activa, de acção. Em *A Nosa Terra* aparecem reproduzidos numerosos comícios e conferências dos dirigentes nacionalistas mais significativos do momento, muitos dos quais dedicarão parte da sua intervenção às mulheres galegas animando-as à incorporação à luta nacionalista. Cumpre fazer fincapé nos comentários verti-

sário indicar que dentro do sector nacionalista da FUE, o encabeçado por Carvalho Calero, nom houvo preocupação polo tema. Isto evidencia-se na ausência de artigos, comentários, etc. sobre a questom nas publicações do nacionalismo: em *ANT*; o *Guieiro*; *Nós, Alento*; etc. Um exemplo é o Manifesto a prol do nacionalismo e da reforma na Universidade assinado polo sector nacionalista da FUE, onde há 25 homens. No texto, que aborda variados temas, nom há umha só menção à educação das mulheres.

53 Lembremos que era umha das zonas com mais presença femenina.

54 *ANT* nº 294, 15-V-1932.

Quadro 2

Composição sócio-profissional das militantes do Partido Galeguista

	Dez. 31-Mar. 32		Abril 32-Out. 34		Nov. 34-Maio 35		Junho 35-Julho 36	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Profissom								
Proprietárias							2	0,9
Empre. Ind.								
Ban. Com. Ser.								
Directivas								
Prof. Jurídicas								
Prof. Médicas								
Téc. Superior								
Func. Superior								
Militares								
Prof. Univers.								
Profes. Liceu								
Clérigos								
Estud. Univer.			1	1	1	0,9	7	3
Estud. Médias			10	10,1	10	9,1	15	6,5
Peq. Empre.	1	3,6	1	1	1	0,9	1	0,4
Comerciantes	1	3,6	3	3	3	2,7	8	3,5
Jornalistas								
Profis. Médias								
Agentes Com.								
Artistas e esc.								
Func. Médias								
Mestras	8	28,6	12	12,1	12	10,9	23	10
Artesás	1	3,6	7	7,1	7	6,4	15	6,5
Autónomas								
Empregadas			2	2	2	1,8	3	1,3
Dependentes								
Obreiras								
Asal. Serviços								
Func. Subalte.								
Jornal. Urbana								
Labregas	1	3,6	21	21,2	21	19,1	73	31,9
Jornal. Rurais			1	1	1	0,9	1	0,4
Marinheiras								
Mulheres s/l	2	7,1	33	33,3	34	30,9	46	20,1
Pensionistas								
Prof. desco.	14	50	18	18,2	18	16,4	35	15,3
Totais	28	100	99	100	110	100	229	100

Elaboração: Justo G. Beramendi.

dos pola redacçom de *ANT* em que se ressalta a numerosa presença femenina entre o auditório dos diferentes actos organizados polo nacionalismo. As mulheres sempre estarám abaixo salvo duas excepçons.

A primeira temo-la no *Gran Mitin das Arengas* onde falarom, pola seguinte ordem: Álvarez Galego, Banet Fontenla, Alexandre Bóveda, Vitor Casas, Plácido Castro, Gómez Romám, Sebastiám González, Igrejas Alvarinho, Lôpez Durá Luna, Martínez Lôpez, Paz Andrade, Enrique Peinador Pinheiro, Ramom Vilar Ponte, Soares Delgado, Soares Picalho, Antom Vilar Ponte, Emília Docet, Castelao e Outeiro Pedraio. A única mulher que intervém fai-no ao final, –como reclamo e incentivo para que o público agüentasse até entom–, mas antes da apoteose final com Castelao e Pedraio. Emília Docet ganhara o concurso “*Miss Espanha*” no ano 1933, dando apoio publicitário ao PG, feito que causou grande ledice nele⁵⁵. O comentário que fai *ANT* sobre a sua intervençom foi o seguinte:

*“Emilia Docet pronunciou a arenga mais breve, mais sinxela, mais fermosa... porque soupo comunicarlle a gracia e a fermosura da súa xentil figura de muller”*⁵⁶.

Mais umha vez o mais relevante da intervençom política dumha mulher será o seu aspecto físico. Na mesma crónica relata-se umha homenagem que se figera a Emília Docet uns momentos antes de dar começo o comício, anunciando-a como a *primeira mulher que soubo sentir-se orgulhosamente galega fora da sua Terra*.

A segunda mulher que intervirá publicamente aparece num repasso que fai *A Nosa Terra* polos comícios e conferências dados por dirigentes nacionalistas no primeiro semestre do ano 1933. Assim aparece a jornalista M^a Luz Morais, mulher filiada ao PG, intervindo pola *Radio Santiago* e pronunciando vários comícios em Ourense⁵⁷.

55 CASTRO, X. Op cit p. 573

56 *ANT* n° 341, 25-VII-1934.

57 *ANT* n° 302, 25-VII-1933.

Noutra ordem de cousas temos os artigos assinados por mulheres en *ANT* ao longo do período no qual foi vozeiro do PG. Um facto fundamental é a apariçom dumha secçom intitulada “*O Recanto da Muller*”, espaço, –cujo nome indica–, que enquadra os artigos assinados por mulheres. O número em que nasce é o 304, em 6 de Agosto de 1933, mas até quatro números depois, no 308⁵⁸, nom se explica desde a redacçom de *ANT* (composta na sua totalidade por homens) qual era o objectivo da inclusom deste novo apartado. As razons esgrimidas desde a redacçom som duas fundamentalmente: contar com assinaturas de ilustres mulheres galegas, –também de além Minho–, mas, como razom principal, o objectivo é que a mulher galega fale de cousas de que nunca falou já que *o dia que berrem em alto issa verdade que até agora só algumbas dixérom na confidência da alma dos seus poemas, é que estamos chegando ao final do vieiro.*

Esta prometedora secçom só contará com cinco números, dos quais um foi escrito pola redacçom, sendo entom só quatro escritos por mulheres: Carmo Lobeiras Pantim⁵⁹; M^a Santos Freire⁶⁰; Joaquina Trilho Sánchez⁶¹ e a carta analisada anteriormente de Elvira Bao Maceiras em ocasiom do Manifesto do Grupo feminino de Ourense. O nome da secçom, *Recanto*, já nom agoirava nada bom, um anaquinho do jornal meio agochado. Desde *ANT* nom se dará nengum tipo de explicaçom quando, após quatro artigos, se suprime o apartado.

Algumbas consideraçons

Para poder valorizar na sua justa medida até que ponto a postura do *Partido Galeguista* foi adiantada, –tal e como apontam alguns estudos–, ou foi claramente reaccionária, fai-se necessário levar em conta as posturas dos partidos ou correntes ideológicas de esquerda e centroesquerda à altura da II República espanhola. Assim marcarmos uns traços gerais do tratamento que estas organizaçons davam à temática que nos ocupa.

58 *ANT* n° 308, 3-IX-1933.

59 *ANT* n° 304, 6-VIII-1933.

60 *ANT* n° 307, 27-VIII-1933.

61 *ANT* 311, 25-IX-1933.

— PSOE: os socialistas faziam umha clara crítica à *submissom* a que estavam submetidas as mulheres, reivindicando a *emancipaçom* feminina, termos nunca empregados polos integrantes do PG. Negam que a única missom da mulher seja a de ter filh@s, postulando a necessidade e o direito que tenhem à formaçom e à educaçom. Dentro do projecto de organizaçom geral do PSOE aparece recolhida qual era a funçom das agrupaçons femininas do partido, recomendando a inclusom de mulheres como candidatas a deputadas nas eleiçons de 1933.

— PCE: no conjunto de reivindicaçons dos comunistas achamos a exigência de igual salário para mulheres e homens, o seguro por maternidade, o direito ao aborto, —com a seguinte amnistia para as condenadas por ter cometido esse “delito”—, umha sanidade ajeitada à mulher, jardins de infância para @s filh@s das trabalhadoras, etc.

— CNT: apesar da existência de duas correntes no seu seio, —umha delas, a minoritária, claramente machista—, a maioritária considera que a mulher é umha *escrava do homem* desde que nasce até que morre, reclama o dever da emancipaçom das mulheres, defende as prostitutas como mulheres exploradas polo sistema capitalista, partidários do direito ao aborto, etc.

— Republicanos. As ideologias sustentadoras do republicanismo recorrem o amplo abano que vai desde a esquerda à direita. Nom é questom deste apartado fazer um estudo pormenorizado do tratamento da opressom da mulher em cada umha delas. Sinalaremos tam só que, na altura da II República, existiam numerosas agrupaçons femininas republicanas ao longo do país, chegando a ter, como é o caso da *Agrupación Republicana Femenina*, 200 filiadas na cidade da Corunha em 1936⁶². Além disto conhecemos algumas das reivindicaçons destas mulheres, entre as que encontramos a defesa do direito a ocupar toda classe de postos de honra e privilégio, igual salário polo mesmo trabalho, necessidade dumha educaçom feminina em condiçons, alonjada da submissom e o lar como único âmbito da mulher, direito ao divórcio, etc.

62 FREIRE LESTÓN, X. V., *Ibid*, p. 126